

11. \_\_\_\_\_. *Fim do mundo: destruição ou recriação?* Estudo sobre 2Pd 3.5-13. In: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 13. Milton Schwantes (coord. ger.). Petrópolis / São Leopoldo: Vozes & Editora Sinodal, 1995/3, p. 108-120.
12. SNOEK, Juan. *A ética apocalíptica: esperar ou agir?* Uma releitura de Joel 1-2 numa perspectiva nicaragüense. In: Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana, v. 7. Milton Schwantes (coord. ger.). Petrópolis / São Paulo / São Leopoldo: Vozes & Imprensa Metodista & Editora Sinodal, 1990/3, p. 89-96.
13. WIESE, Werner. *Em defesa da Esperança*. Uma Análise Exegética de 2 Pedro 3. 1-13. In: Vox Scripturae. Revista Teológica Latino-Americana, v. 8. São Paulo: Publicação da AETAL, 1998/1, p. 21-32.
14. WOLFF, Günter. *A utopia do fim e não o fim da utopia!* In: Estudos Bíblicos, v. 49/Ludovico Gannus (edit. Resp.). Petrópolis / São Leopoldo: Vozes & Editora Sinodal, 1996, p. 81-89.

## PARALELOS E DISTINÇÕES ENTRE ÉTICA FILOSÓFICA E ÉTICA CRISTÃ

Gerson Fischer\*

É provável que, em poucas ocasiões da história, tenha-se debatido tanto acerca do tema da ética como nos dias atuais. Há uma crescente percepção da mudança que vem ocorrendo na compreensão do que é ética e do que é ético no mundo de hoje. Afirmam alguns que se vive em um tempo no qual já se pode visualizar o ocaso da ética kantiana moderna do dever, e o nascimento de uma ética *light*, caracterizada pela busca do prazer.<sup>1</sup> O presente trabalho tem por objetivo traçar alguns paralelos e distinções, entre a ética cristã, como vem sendo compreendida pela tradição evangélica protestante, desde a Reforma do século XVI, e a ética filosófica moderna. Tem-se em vista dialogar a respeito do tema da ética cristã considerando os evidentes impasses atuais da ética moderna.

### I. ÉTICA FILOSÓFICA

A *ética* diz respeito aos costumes de indivíduos e da sociedade. A palavra correspondente para *ética*, no grego, é *ethos*, termo que pode ser pronunciado e escrito tanto com o *e* breve (epsilon) como com o *e* longo (eta), distinguindo-se, então, seu sentido:

“*Ethos*, escrita com a vogal longa significa costume: porém, escrita com vogal breve, significa *caráter, índole natural, temperamento*,

\* Gerson Fischer (Dr.) é Assessor Técnico para Assuntos de Educação da Faculdade Evangélica do Paraná (FEPAR), em Curitiba.

<sup>1</sup> Gilles LIPOVETSKY, *El Crepúsculo del Deber*.

conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa. Nesse segundo sentido, *ethos* se refere às características pessoais de cada um que determinam quais virtudes e quais vícios cada um é capaz de praticar. Referem-se, portanto, ao senso moral e à consciência ética individuais”.<sup>2</sup>

A ética, de acordo com essa dupla definição de origem grega, refere-se “ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros”<sup>3</sup>, envolvendo, entretanto, a consciência que se tem desses costumes tradicionais. E, segundo essa ampla definição, determinada pessoa pode, ou não, possuir essa consciência, que implica saber o que se faz, conhecer as causas e as finalidades de uma ação, conhecer o significado das intenções, das atitudes e a essência dos valores morais.

Definida dessa forma, a ética conduz à chamada *filosofia moral*. Afirma-se que a reflexão ética ou filosofia moral, no Ocidente, inicia-se com *Sócrates* (470-399 a.C.), nas ruas e praças de Atenas. Esse pensador abordava as pessoas com perguntas que procuravam questionar o grau de consciência que elas possuíam do fundamento e origem de seus próprios valores, isto é, daquilo que consideravam certo ou errado. Com frequência, suas perguntas perturbadoras causavam perplexidade e irritação, entre as pessoas abordadas, ao perceberem que sua moral era muito mais uma prática apreendida e repetida por gerações, do que advinda de um fazer de quem sabia porque e o que faz:

“...Sócrates acreditava ouvir uma voz divina dentro de si, e esta ‘consciência’ lhe dizia o que era certo. Para ele, quem sabe o que é bom acaba fazendo o bem. Sócrates acreditava que o conhecimento do que é certo leva ao agir correto. E só quem faz o que é certo – assim dizia Sócrates – pode se transformar num homem de verdade. Quando agimos erroneamente, isto acontece porque não sabemos como fazer melhor. Por isso é tão importante ampliar nossos conhecimentos. Sócrates estava preocupado justamente em encontrar definições claras e válidas universalmente para o que é certo e o que é errado. Con-

trariamente aos sofistas, ele acreditava que a capacidade de distinguir entre o certo e o errado estava na razão, e não na sociedade”.<sup>4</sup>

*Platão* (427-347 a.C.) e *Aristóteles* (384-322 a.C.) levaram adiante esta *filosofia ética*, a reflexão acerca dos fundamentos e origem das práticas morais. Platão, como Sócrates, acreditava que existiam *regras* ou *normas* universais que governavam o agir dos seres humanos. Para descobri-las, bastava usar a *razão*, a qual, da mesma forma que essas regras ou normas, era *eterna e imutável*.

A *filosofia ética grega*, de um modo geral, nutriu-se de uma grande confiança na *razão*. Por meio do conhecimento por ela adquirido, podia-se entender e desejar praticar as regras eternas e universais. A prática dessas regras garantia a *felicidade*, afirmavam os referidos filósofos, de modo que ninguém que as conhecesse desejaria não praticá-las. A razão era aquela instância que, ao contrário das *paixões*, possibilitava a ascensão do ser humano a um padrão ético mais elevado:

“O sujeito ético ou moral não se submete aos acasos da sorte, à vontade e aos desejos de um outro, à tirania das paixões, mas obedece o bem e as virtudes – e à sua vontade racional – que conhece os meios adequados para chegar aos fins morais. A busca do bem e da felicidade são a essência da vida ética. Os filósofos antigos (gregos e romanos) consideravam a vida ética transcorrendo como um embate contínuo entre nossos apetites e desejos – as paixões – e nossa razão. Por natureza, somos passionais e a tarefa primeira da ética é a educação de nosso caráter ou de nossa natureza, para seguirmos a orientação da razão. A vontade possuía um lugar fundamental nessa educação, pois era ela que deveria ser fortalecida para permitir que a razão controlasse e dominasse as paixões”.<sup>5</sup>

Em fins do século XIV, surgiu um grande movimento cultural na Europa, chamado *Renascimento*. Esse movimento, iniciado no norte da Itália, perdurou pelo menos até o século XVI e proclamava um *renascimento* da arte e cultura da Antiguidade, ainda que estas nunca tenham desaparecido por completo, mesmo no contexto da Idade Média. Ele também se tornou conhecido

<sup>2</sup> Marilena CHAUI, *Convite à Filosofia*, p. 340.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 84.

<sup>5</sup> Marilena CHAUI, *Convite à Filosofia*, p. 342.

como *humanismo do Renascimento*, uma vez que nele “o homem volta a ocupar o centro de tudo”, após a “longa Idade Média, que via todos os aspectos da vida a partir de um prisma divino”.<sup>6</sup> Uma de suas expressões centrais era “De volta às fontes!”, que possuía o seguinte sentido:

“A égide deste movimento era a seguinte: ‘De volta às fontes!’, e a principal fonte era o humanismo da Antigüidade. ‘Desenterrar’ esculturas antigas e manuscritos da Antigüidade tornou-se quase um esporte popular. Aprender grego também virou moda, o que levou a um reestudo da cultura grega. O estudo do humanismo grego também tinha um objetivo pedagógico: o estudo de temas humanistas levava a uma ‘formação clássica’, capaz de elevar o homem a um nível superior de existência”.<sup>7</sup>

Com esse movimento, o pensamento grego volta a ser discutido *com força*, e com ele o horizonte da *filosofia ética*, racionalista, volta a ter espaço; agora de modo muito mais independente da teologia cristã, ao contrário do que até então se vinha fazendo no contexto da Idade Média. Ao Renascimento segue-se o *período Barroco* (século XVII), que, convivendo com o otimismo renascentista, apontava para a transitoriedade da vida, a irracionalidade e vaidade do ser humano. Daí, apesar dos altos e baixos da filosofia européia, surge o *período Iluminista francês* (século XVIII), com sua confiança *inabalável na razão*:

“À semelhança dos humanistas da Antigüidade, como Sócrates e os estoicos, a maioria dos filósofos do Iluminismo tinham uma crença inabalável na razão humana. Isto era algo tão evidente que muitos chamam o período do Iluminismo francês simplesmente de ‘racionalismo’. A nova ciência natural deixara claro que tudo na natureza era racional. Assim, os filósofos iluministas consideravam sua tarefa criar um alicerce para a moral, a ética e a religião que estivesse em sintonia com a razão inutável do homem. E isto levou ao *pensamento do Iluminismo* propriamente dito”.<sup>8</sup>

Esse período chega até os dias de hoje com o nome de *Modernidade*. De um modo ou de outro, ainda hoje, todos querem ser modernos, seja no que diz respeito aos costumes, à economia, à ciência, à tecnologia ou à política.

O proeminente teólogo do século XX, Karl Barth, definiu o “homem” moderno, iluminado pela razão, como alguém na “procura otimista... de dominar sua vida por meio de sua compreensão (‘seus pensamentos’)”.<sup>9</sup> Essa procura otimista de dominar a existência com base na razão acontece, também, quando se quer oferecer um fundamento para a ética. O fato é que a ética moderna possui grande semelhança com a ética filosófica grega, com a diferença de que aquela se desenvolveu no contexto de uma cultura que herdara muito dos pressupostos do cristianismo.

Immanuel Kant (1724-1804) é, possivelmente, o filósofo que melhor conseguiu definir as bases daquela que viria a se tornar a ética do homem e da mulher moderna. Sua família “era muito fervorosa em sua fé cristã, razão pela qual a convicção religiosa do próprio Kant foi um elemento muito importante para a sua filosofia”.<sup>10</sup> Kant rejeitava as tentativas de se querer provar a existência de Deus, uma vez que, para ele, nem a experiência, nem a razão eram aptas para afirmar sua existência. Ele, não rejeitando a possibilidade da existência de Deus, deixava esse assunto para aquela “zona à qual não conseguem chegar nem a nossa experiência, nem a nossa razão”: a fé religiosa.<sup>11</sup>

Para Kant, a fé em Deus é um *postulado prático* que, mesmo não podendo ser provada, era necessária para o agir do ser humano, para a sua moral. Apesar disso, ele entendia que a capacidade de diferenciar entre o *certo* e o *errado* era algo inerente à razão e todas as pessoas tinham acesso à *lei moral* universal. Essa lei moral não estava sujeita às opções individuais, sendo válida “para todas as pessoas, em todas as sociedades, em todos os tempos”.<sup>12</sup> Ela não diz *o que se deve fazer* diante de cada situação, entretanto, diz que “devemos sempre agir de modo a podermos desejar que a regra a partir da qual agimos se transforme numa lei geral”.<sup>13</sup> Nesse sentido, diante de decisões morais, dever-se-ia sempre tratar as pessoas “como um fim em si mesmo, e não como um simples meio para se chegar a outra coisa”.<sup>14</sup> A regra de ouro de

<sup>9</sup> Karl BARTH, *Die Protestantische Theologie im 19. Jahrhundert*, p. 16.

<sup>10</sup> Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 346.

<sup>11</sup> Ibid., p. 354.

<sup>12</sup> Ibid., p. 357.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>6</sup> Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 216.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> p. 338.

Kant era semelhante às palavras de Jesus: “Assim, em tudo, façam aos outros o que vocês querem que eles lhes façam; pois esta é a Lei e os Profetas”.<sup>15</sup>

A lei moral é, portanto, para Kant, uma realidade inerente à razão, ainda que a existência daquela não possa ser provada por esta, pois: “Não podemos provar o que a consciência diz, mas sabemos o que ela diz”.<sup>16</sup> Agir de acordo com a lei moral é “o resultado do esforço em superar-se a si mesmo”.<sup>17</sup> Trata-se de uma consciência do *dever*, na qual “a atitude correta é decisiva para que possamos chamar algo de moralmente correto, não as consequências da ação”.<sup>18</sup> A ética kantiana é conhecida, por tudo isso, como *ética do dever* ou *ética da atitude*. Saber quando se age de acordo com essa lei é saber-se *livre*.

No entendimento de Immanuel Kant, o ser humano possui *livre-arbítrio*, isto é, por meio da razão, cada um possui uma parte do mundo “em si”, capacitando-o a optar em seguir e curvar-se à lei moral, tornando-o livre. Nesse sentido, o mundo com suas leis não somente determina o ser humano, uma vez que, através da razão, pode-se determinar que leis vão nos governar. Para esse filósofo, a *razão prática*, determinada pela ética do dever e da atitude, era necessária porque:

“Não existe bondade natural. Por natureza, (...) somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos”.<sup>19</sup>

Em Kant, a *filosofia ética grega*, com base na confiança, no poder decisório da razão, encontra espaço renovado, por estar “harmonizada” com princípios da fé cristã. Ele não nega que o ser humano é pecador. Porém, admite, com base em uma *razão como consciência do dever e da atitude*, que esse mesmo ser possui livre-arbítrio para seguir a lei moral que a sua própria consciência mostra existir. No filósofo, culminam tendências que são verificadas desde o fim da Idade Média e início dos movimentos que acabaram configurando a *era moderna*. Seja, como no caso de Kant, a confiança na razão como possibilidade da ética, ou nos sentimentos e na vontade, como em

outros filósofos, a lógica é sempre a mesma: no ser humano encontra-se o fundamento e a possibilidade da moral, dos bons costumes, da virtude.

## II. ÉTICA CRISTÃ

A ética moderna, muito semelhante à *filosofia ética grega*, molda, em grande medida, a compreensão e vivência moral dos homens e mulheres da atualidade. Essa ética guarda alguma identidade com o protestantismo, originado no período da Reforma do século XVI, uma vez que ela não rejeita o valor de uma *fé religiosa pessoal*. Na modernidade, Deus é identificado e tratado como aquele que “pôs seu dedo” em sua humanidade, atribuindo-lhe uma consciência e a capacidade de reconhecer e praticar sua lei moral; isso entre aqueles que não negam a possibilidade de sua existência. A ética moderna cria corpo na ética do protestantismo moderno, embebido da filosofia iluminista, do humanismo da “volta às fontes”. Quem, por exemplo, ainda não vivenciou essa ética, corporificada no homem e mulher, na família de origem européia do sul do Brasil?

A existência da consciência entre o certo e o errado, *como um conhecimento de Deus*, deixado por ele próprio em suas criaturas, até mesmo o apóstolo Paulo reconhecia:

“Portanto, a ira de Deus é revelada dos céus contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que tais homens são indesculpáveis;”<sup>20</sup>

O conhecido pensador cristão, C. S. Lewis, refletiu a esse respeito, ao procurar demonstrar que realmente existe uma consciência do certo e errado em cada pessoa:

“...sempre que encontramos alguém que diz não acreditar no Certo e no Errado, vê-lo-emo se contradizer um momento depois. Ele pode quebrar a promessa que fez, mas se alguém tentar quebrar uma que lhe

<sup>15</sup> Cf. Mateus 7.12.

<sup>16</sup> Jostein GAARDER, *O Mundo de Sofia*, p. 358.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> Ibid.

<sup>19</sup> Marilena CHAUI, *Convite à Filosofia*, p. 344.

<sup>20</sup> Cf. Romanos 1.18ss.

tenha feito, ele logo se queixará: ‘Isto não é justo!’ Uma nação pode dizer que os tratados não importam; mas então, logo mais, põe a causa a perder dizendo que o tratado que, em particular, ela quer romper, é injusto. Se os tratados não importam, e se não existe isso que denominamos o Certo e o Errado (em outras palavras, se não existe a Lei da Natureza), qual é a diferença entre um tratado justo e um injusto?”<sup>21</sup>

Contudo, o mesmo Lewis concorda com o apóstolo Paulo, quando afirma que todos sabem o que é certo e errado, mas que *não conseguem fazer que é certo*, ao menos em sua plenitude, com intenções puras, sem egoísmo:

“Estes são, portanto, os dois pontos que queria estabelecer. Primeiro: que os seres humanos, em todo o mundo, sabem que devem comportar-se duma certa maneira, e que não podem livrar-se dessa situação. Segundo: que eles na realidade não se comportam daquela maneira. Conhecem a Lei da Natureza, e a infringem. Estes dois fatos são a base de toda a reflexão quanto a nós mesmos e quanto ao universo em que vivemos”.<sup>22</sup>

“Como está escrito: ‘Não há nenhum justo, nem um sequer; não há ninguém que entenda, ninguém que busque a Deus. Todos se desviaram, tornaram-se juntamente inúteis; não há ninguém que faça o bem, não há nem um sequer’”.<sup>23</sup>

A *ética cristã* não tem sua origem na razão, como nas filosofias grega e moderna. Ainda que os gregos e os modernos tenham conseguido expor as bases da ética, argumentando que o ser humano tem condições de discernir entre o certo e o errado, o bem e o mal, seu caminho de viabilização da mesma era, ao menos, parcial. Não é de se estranhar, que o caminho proposto pela modernidade, de implementar a verdade e a justiça pelo caminho da razão e do conhecimento, seja visto com tanta desconfiança e pessimismo por homens e mulheres que vivem entre a modernidade e a pós-modernidade:

“Passados tantos anos (...) não se pode dizer que vimos o triunfo da razão: as guerras tornaram-se o lugar comum das nossas vidas: diariamente, sem nenhuma emoção, vemos nos jornais e na televisão as

descrições de centenas de mortos; vivemos na cidade do temor e da tristeza, adotada como o lugar natural e necessário; os relatos de escravidão já não espantam; os excessos tornaram-se verdadeira necessidade: o corpo busca “excitantes brutais, emoções breves e grosseiras” para sentir e agir. O isolamento do indivíduo é cada vez maior, superado apenas pelo sentimento de impotência diante das flutuações políticas. Resta o consolo da superstição e dos cultos, ingênuas expressões de refúgio de felicidade, como se o bem pudesse resultar do encontro de vários males. Fundamentalistas dirigem a política, seitas fanáticas espalham-se em vários países, cultos diabólicos, imolação de crianças, suicídios em massa, massacres políticos”.<sup>24</sup>

A *ética cristã* fundamenta-se na revelação de Deus em Jesus Cristo e na fé que justifica o pecador. Segundo a *teologia da Reforma*, não há *no* ser humano nada que o possa levar a realizar a vontade de Deus, que é, por definição, viver em comunhão com ele, a ética plena. Como Martim Lutero mesmo afirmou na explicação referente ao *Terceiro Artigo do Credo Apostólico*:

“*Creio que por minha própria razão ou força não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem vir a ele.* Mas o Espírito Santo me chamou pelo evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé. Assim como chama, congrega, ilumina e santifica toda a cristandade na terra, e em Jesus Cristo a conserva na fé verdadeira e única. Nesta cristandade perdoa a mim e a todos os crentes diária e abundantemente todos os pecados...”<sup>25</sup>

Para se entender a *ética cristã*, a partir da *teologia da Reforma*, é preciso recordar qual era a *questão peculiar* à época. Nesse sentido, Bernhard Lohse expressa:

“Por essa razão não é suficiente que se veja na Reforma somente a reação contra certos abusos e contra instâncias de decadência da igreja na Idade Média posterior. Por mais corrupção que reinasse na corte dos papas da Renascença, e por mais decepcionante que fosse o fato de pessoas estarem sendo logradas através da comercialização de in-

<sup>21</sup> C. S. LEWIS, *Cristianismo puro e simples*, p. 3.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>23</sup> Romanos 3.10-12; ver também 7.7-25.

<sup>24</sup> Adauto NOVAES, *A Lógica Atormentada. Quinto caderno: Mais!*, In: Folha de São Paulo, São Paulo, 10 set. 1995, p. 7.

<sup>25</sup> Martinho LUTERO, *Os Catecismos*, p. 371-372.

dulgências e, relíquias, etc., não teria sido o que conduziria à Reforma. (...) A Igreja Católica ensinava (...) que a justificação do homem depende, em parte, de uma justiça encontrada no homem e para esta são de suma importância as boas obras”.<sup>26</sup>

A grande questão, na época da Reforma, encontrava-se relacionada com a *certeza da salvação*. E, nesse sentido, o catolicismo ensinava que a prática de *boas obras* era fundamental, criando-se a expectativa de que o próprio Deus usasse de misericórdia para com o pecador disposto a realizar as obras prescritas pela igreja. Entender isso é importante, quando se busca compreender a ética cristã com base na *teologia da Reforma*.

De modo distinto, acontece na modernidade, na qual o homem surge como o centro das preocupações, e não mais Deus e a busca da certeza da salvação. Nesse caso, a ética é discutida a partir das possibilidades do próprio ser humano em vivenciá-la e praticá-la, fundamentalmente com base na razão, a serviço de um bem-estar e felicidade pessoal e social, estritamente terrenos. Na Idade Média, porém, a ética encontrava-se relacionada com a busca da bem-aventurança eterna, com a preocupação de “satisfazer” a Deus e a igreja e, assim, com a prática de boas obras que compensassem a consciência do pecado.

É no contexto da Idade Média que Martin Lutero defende a justiça que decorre da fé, isto é, de uma experiência de fé com e em Jesus Cristo que torna, gratuitamente, o pecador justificado; na qual as boas obras de modo algum concorrem para a justificação da existência humana. A ética cristã, isto é, as obras, a moral, os costumes dos cristãos, aqui encontram seu fundamento e início na fé e não, como se deve concluir, nas obras, na ética propriamente dita:

“O que diz respeito ao homem espiritual, diga-se que não as obras, mas a fé o torna piedoso, livre e santo. ‘Uma coisa, somente uma coisa é necessária para que se viva piedosa, livre e cristãmente. Essa coisa é o santo evangelho, a palavra de Deus, pregada por Cristo’. (...) Acontece que o homem não é somente espiritual, mas também corporal. Não resta dúvida, caso ele fosse completamente espiritual, de que não necessitaria mais se empenhar. Enquanto o homem permanecer sobre a terra, a nova justiça, que lhe foi totalmente imputada de acordo com

a sua natureza espiritual, nunca estará presente de uma forma definitiva, mas sempre de uma maneira obscura e incompleta. ‘É neste ponto que principiam as obras. Neste ponto o homem não pode se tornar ocioso, mas disciplinar o seu corpo com jejuns, vigílias, trabalhos e outra sorte de disciplinas razoáveis a fim de sujeitá-lo ao Espírito, de maneira que se torne obediente e uniforme com o íntimo do homem e com a fé, e não se revolte contra a fé e se torne um obstáculo, nem se revolte, como é de seu feitio, quando não é disciplinado’. Tais obras não deverão ser feitas pensando-se que, através delas, o homem se tornará justo e piedoso aos olhos de Deus. Pelo contrário, deverão ser praticadas por amor, livre e gratuitamente. Boas e piedosas obras nunca fizeram um homem bom e piedoso, porém um homem bom e piedoso faz boas e piedosas obras. Com relação ao relacionamento com o seu próximo, significa que um cristão, exatamente por causa de sua liberdade, deve transformar-se num servo de todos.

Desse modo, a ética luterana não se limita somente a um apelo ao homem. Ela está, pelo contrário, estritamente relacionada com a sua compreensão de justificação e com o significado espiritual desta”.<sup>27</sup>

A *ética cristã na teologia da Reforma* define-se como um *momento segundo*, isto é, decorre de um reconhecimento assumido em fé de que nenhuma obra pode justificar nossa existência, seja diante de Deus, do próximo e de nós mesmos. Ainda que o próprio Deus *exija* de todo o ser humano a integridade e a prática da justiça, não está neste a possibilidade de praticá-la em sua plenitude, não estando também no ser humano a possibilidade de justificar a sua existência. A ética cristã é uma possibilidade quando, ao reconhecer-se que se é justificado gratuitamente por meio da fé em Jesus Cristo, passa-se a agir eticamente em atitude de resposta ao amor de Deus. Aqui as obras são necessárias e fundamentais, porém, estão intimamente relacionadas com o “coração crente”.

É desse modo que as duas máximas da teologia de Lutero devem ser compreendidas:

“O cristão é um senhor libérrimo sobre tudo, a ninguém sujeito.  
O cristão é um servo oficiosíssimo de tudo, a todos sujeito”.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Bernhard LOHSE, *A Fé Cristã através dos Tempos*, p. 169.

<sup>27</sup> Bernhard LOHSE, *A Fé Cristã através dos Tempos*, p. 173 e 174.

<sup>28</sup> Martinho LUTERO, *Obras Seleccionadas*, p. 437, v. 2.

E também quando afirma em seu escrito *Das Boas Obras*:

“A primeira, suprema e mais nobre obra é a fé em Cristo, conforme ele diz em Jo 6. Quando os judeus lhe perguntaram: ‘Que devemos fazer para praticar boas obras divinas?’, ele respondeu: ‘A boa obra divina é que vocês creiam naquele a quem ele enviou.’ (Jo 6.28s) (...) Pois nesta obra é que todas as obras precisam realizar-se, dela recebendo a influência de sua bondade com um feudo”.<sup>29</sup>

Ainda que o contexto no qual nasceu a Reforma difira, em muito, do contexto atual para a compreensão da *ética cristã*, as reflexões exemplificadas no pensamento de Martim Lutero continuam sendo básicas. Isso porque nem *as boas obras para agradar a Deus* e, nem *a confiança no homem como sujeito competente para realizar uma existência com base ética* se apresenta como alternativa, diante de uma ética que se caracterize como genuinamente cristã. O próprio Lutero, diante do espírito renascentista humanista, já havia percebido isso, como vemos em seu escrito dirigido a Erasmo de Roterdã, *Da Vontade Cativa*:

“Pois de que modo a *razão* pensaria que a fé em Jesus, Filho de Deus e do homem, é necessária, visto que nem hoje compreende ou consegue crer, ainda que toda a criação o afirmasse a gritos, que existe uma pessoa que é simultaneamente Deus e ser humano? Antes, porém, sente-se chocada por tal discurso, como diz Paulo em 1 Co 1.23; tão distante está de querer ou poder crer!”<sup>30</sup>

Pertence ao senso comum que a teologia de Lutero inspira-se fundamentalmente no pensamento do apóstolo Paulo. A reflexão do Reformador, acerca da justificação pela fé, encontra seu ancoradouro nas cartas do apóstolo, sobretudo na de Romanos. Dessa forma, chama especial atenção a forma das cartas de Paulo, que ilustram muito bem o que se vem afirmando a respeito do tema da ética. Em muitas cartas paulinas, primeiro vem a exposição a respeito da obra de salvação realizada por Cristo e o chamado à fé, seguindo-se, então, o chamado para viver em conformidade com o evangelho, que corresponde à parte ética:

“Com o capítulo 12 [Romanos] Paulo começa a exposição da parte ‘ética’ de sua carta. Nós podemos achar em muitas cartas de Paulo esta sequência de exposição dogmática ou doutrinária seguida por instruções sobre a vida cristã. Veja, por exemplo, Gálatas 1 a 4 e 5 e 6, Efésios 1 a 4.16 e 4.17 a 6, Colossenses 1 e 2 e 3 e 4. O princípio por trás desta sequência é que para vivermos como cristãos precisamos saber quem somos como cristãos. E o que somos como cristãos nós devemos completamente a Cristo. Por isso, antes de dar instruções sobre a vida cristã, primeiro Paulo expõe a obra de Deus através de Cristo”.<sup>31</sup>

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia moral grega nutriu-se de uma grande confiança na razão. Ela era, ao contrário do que se cria em relação às paixões do ser humano, a instância que possibilitava a ascensão do ser humano a um padrão ético mais elevado.

Com o movimento *renascentista*, em fins do século XIV, o pensamento grego volta a ocupar grande espaço, agora no Ocidente, após um longo período de dominação da igreja. A preocupação, então, volta a centrar-se, como entre os filósofos gregos e romanos, na realização do ser humano, deslocando-se do discurso da igreja a respeito de Deus. Com isso, conseqüentemente, ressurge também a filosofia ética grega, de índole racionalista.

Esse processo culmina com o movimento *iluminista*, do século XVIII, impulsionado pela revolução francesa, que confiava de modo inabalável nas possibilidades da razão. Os filósofos desse período preocuparam-se em, como o fizeram seus cientistas em relação à natureza, criar um alicerce para a ética e a religião que estivesse em sintonia com a razão imutável do homem.

A modernidade, hoje, define-se a partir de todo esse movimento, mesclando o pensamento grego com o pensamento judaico-cristão. Quanto à ética, todos querem ser modernos (ao menos publicamente), ainda que muitos valores pós-modernos (não tão racionais), de forma cada vez mais escancarada, estejam fazendo frente à moral moderna.

Immanuel Kant entendia que a capacidade de diferenciar entre o certo e o errado era algo inerente à razão. Para ele, todos possuíam acesso à *lei*

<sup>29</sup> Ibid., p. 102.

<sup>30</sup> *Obras Seleccionadas*, p. 115, v. 4.

<sup>31</sup> Norbert SCHMIDT, *Romanos. Em Tempo de Discipulado*, p. 118 e 119, v. 5.

*moral* universal. Tratava-se de uma lei válida para todas as pessoas, em todas as sociedades, em todos os tempos. Essa lei não dizia o que se deve fazer em cada circunstância, porém, oferecia a indicação de que certa conduta poderia ou não se transformar em uma regra geral.

Agir de acordo com a lei moral, então, é o resultado do esforço em superar-se a si mesmo. A ética kantiana era uma ética do dever, por meio da qual se é verdadeiramente livre. Ainda que Kant não acreditasse na bondade natural do homem e da mulher, sua confiança na razão o levou a defender que estes possuíam o *livre-arbítrio*, que lhes dava a possibilidade de optar entre seguir aquilo que se podia caracterizar por uma ética do dever, ou às suas próprias naturezas egoístas, ambiciosas e destrutivas.

Na era moderna, a ética ressurgiu harmonizada com o pensamento grego, no qual a lógica é sempre a mesma: no ser humano encontra-se o fundamento e a possibilidade da prática moral, dos bons costumes, da virtude; idéia esta que viria a criar o homem moderno, autônomo e suficiente de si.

A ética protestante, contemporânea à modernidade, foi fortemente influenciada por esta última. Para muitos, no protestantismo, Deus é identificado como aquele que “pôs seu dedo” em sua humanidade, atribuindo-lhe uma consciência e a capacidade de reconhecer e praticar sua lei moral.

A afirmação de que o ser humano é capaz de conhecer e discernir entre o certo e o errado possui fundamentação bíblica. Diferente dos filósofos gregos e modernos, entretanto, a Bíblia afirma que esse conhecimento não abre o acesso à prática do bem em seu sentido mais profundo.

A *ética cristã* não se fundamenta na razão, ainda que não deixe de ser racional. O *ponto de partida* dessa ética é a *fé*, decorrendo desta última a sua racionalidade. Ela se origina na *revelação de Deus em Jesus Cristo e na fé que justifica o pecador*. O testemunho bíblico, renovado de modo contundente na Reforma do século XVI, diz que nada há no “homem” que o possa levar a realizar a *vontade de Deus*. É essa vontade é, por definição, viver em comunhão uns com os outros e com esse mesmo Deus, à altura de seus propósitos para com a humanidade.

A *ética cristã* se define na e a partir da *certeza da salvação*, isto é, na experiência de fé do pecador com Jesus Cristo, que o torna *justo* diante de Deus, independentemente de *boas obras* e da confiança na existência de uma suposta razão que possibilite um *livre-arbítrio* a favor só do bem. Nesse sentido, é interessante ouvir o que muitos filósofos dizem hoje:

“Não existe a razão. Essa é a convicção no final do século XX. Poderia trazer até vocês filósofos de muitos tipos e todos diriam a mesma

coisa: Não existe razão porque razão é a fantasia de que temos dentro de nós um instrumento acabado, poderoso, que nos ajuda a argumentar, a discutir, a trazer razões, a nos defender, etc. Sabemos que razão é uma fantasia para quem não tinha nomes para chamar aquilo que acontece conosco. Portanto, não existe razão, não existe razão teórica e muito menos razão. O que existe, efetivamente, é o modo de comportamento racional. Nós somos muito mais complexos do que uma razão como se imaginava. Temos modo de comportamento racional, e esse modo de comportamento racional pode ser com relação à Ciência, com relação ao comportamento, com relação a relações com os outros”.<sup>32</sup>

A ética cristã, as obras a favor de si mesmo e dos outros ou para agradar a Deus, a moral, os costumes propriamente cristãos, iniciam-se e se realizam na fé que alguém deposita na pregação (vivência e anúncio) da palavra a respeito de Jesus Cristo.

A ética cristã é *decorrente e inerente* à fé. Assim sendo, “boas e piedosas obras nunca fizeram um homem bom e piedoso, porém um homem bom e piedoso faz boas e piedosas obras”.<sup>33</sup> A ética propriamente cristã encontra seu lugar e aí é exigida, quando se trata de conformar nossa vivência pessoal à fé que possuímos e quando se trata de vivenciarmos nossa libertação do pecado e da condenação no serviço ao próximo ou, ainda, do perfeito louvor e adoração a Deus.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Emildo STEIN, *Aspectos Filosóficos e Sócio-antropológicos do Construtivismo Pós-Piagetiano* – II, Construtivismo Pós-Piagetiano, p. 37.

<sup>33</sup> Bernhard LOHSE, *A Fé Cristã através dos tempos*, p. 174.

<sup>34</sup> I Coríntios 9.27; Efésios 2.10, 4.7-8; Mateus 16.27; 21.16.



## REFERÊNCIAS

1. BARTH, Karl. *Die Protestantische Theologie im 19. Jahrhundert*. Ihre Vorgeschichte und Ihre Geschichte. Zürich: Evangelischer Verlag Ag. Zollikon, 1947.
2. BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional*. Tradução: Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000.
3. CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.
4. GAARDER, J. *O Mundo de Sofia*. Romance da História da Filosofia. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
5. LEWIS, C. S. *Cristianismo Puro e Simples*. 4. ed., São Paulo: ABU, 1992.
6. LIPOVETSKY, G. *El Crepúsculo del Deber*. La Ética Indolora de los Nuevos Tiempos Democráticos. 3. ed., Barcelona: Anagrama, 1994.
7. LOHSE, B. *A Fé Cristã através dos Tempos*. 2. ed., São Leopoldo: Sinodal, 1981.
8. LUTERO, M. *Obras Seleccionadas*. O Programa da Reforma. Escritos de 1520. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1989, v. 2.
9. \_\_\_\_\_. *Obras Seleccionadas*. Debates e Controvérsias. São Leopoldo/Porto Alegre: Sinodal/Concórdia, 1993, v. 4.
10. \_\_\_\_\_. *Os Catecismos*. Porto Alegre/São Leopoldo, Sinodal/Concórdia/Sinodal, 1983.
11. NOVAES, A. *A Lógica Atormentada*. *Quinto Caderno: Mais!* In: Folha de São Paulo, 10 set.1995.
12. SCHMIDT, N. *Romanos*. In.: Em Tempo de Discipulado. Cartas de Paulo 1. Curitiba: Encontro, 1996, v. 5.
13. STEIN, E. *Aspectos Filosóficos e Sócio-antropológicos do Construtivismo Pós-piagetiano – II*. In.: Construtivismo Pós-piagetiano. Um Novo Paradigma sobre Aprendizagem. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 35 a 42.